

## *Escravização Ilegal e Representações da História: considerações sobre o filme “12 Anos de Escravidão”*

*Gabriela Barretto de Sá\**

A escravidão negra é mais complexa do que a relação entre proprietário e propriedade. Apesar de parecer óbvio, tal fato é comumente desprezado pelas tentativas de representação midiática do período escravista. Talvez seja este o principal equívoco do filme estadunidense “12 Anos de Escravidão”. Dirigido pelo diretor britânico Steve McQueen o filme é baseado na autobiografia “12 Years a Slave”<sup>1</sup> escrita por Solomon Northup no ano de 1853. Na trama, o protagonista é vivido pelo ator Chiwetel Ejiofor. A história gira em torno da escravização ilegal de Northup, violinista negro e livre dos Estados Unidos que no ano de 1841 é vítima do plano de dois jovens brancos que, após atraí-lo com a aparência de uma suposta parceria profissional, sedam o músico e retiram a sua capacidade de autonomia. Ao despertar, o pai de uma estruturada família negra da classe média nos EUA do século XIX, está acorrentado e, ilegalmente reduzido à escravidão<sup>2</sup>, será embarcado num navio negreiro para o trabalho forçado em plantations de cana de açúcar e fazendas de algodão no sul dos Estados Unidos.

O enredo do filme aposta na história do cativo e só a partir dessa

\* Bacharela em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Mestranda em Direito, área de concentração “Teoria, Filosofia e História do Direito” pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bolsista CAPES. Este texto resulta das pesquisas atualmente desenvolvidas pela autora para elaboração de dissertação de mestrado acerca da escravização ilegal de pessoas livres no Brasil oitocentista

- 1 NORTHUP, Solomon. **Twelve years A Slave**: Narrative of Solomon Northup, a Citizen of New York. Buffalo, NY: Derby, Orton and Mulligan, 1853. Considerando que a maioria da população escravizada não era letrada, a peculiaridade do livro se deve ao fato de constituir-se enquanto um relato da escravidão escrito desde a ótica do homem negro escravizado. A partir de outro lugar de fala, também figura como relato clássico da escravidão no sul estadunidense o livro “Memories of the old plantation home” diário escrito em 1850 pela jovem Laura Locoul Gore que viveu a realidade desde a condição de integrante de uma família proprietária de fazenda escravista.
- 2 No Brasil o artigo 179 do Código Criminal do Império previa o crime de reduzir pessoa livre à escravidão. Para mais informações sobre a prática da escravização ilegal ver: CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Ver também: MAMIGONIAN, Beatriz G. **A liberdade no Brasil oitocentista** (Resenha de 'A força da escravidão', de Sidney Chalhoub). Revista Afro-Ásia, Salvador, nº48, p.395-405, 2013.

dimensão é que temos acesso à história deste homem negro. Esta é a primeira opção do filme que nos parece digna de nota: não há qualquer preocupação em fornecer elementos sobre a vida de Solomon Northup enquanto cidadão livre na cidade de Saratoga Springs. Ao espectador mais atento, restam em suspenso e sem resposta questões relativas à história pessoal de Northup e sua existência enquanto homem negro e livre numa sociedade escravista. Assim, não sabemos de onde ele vem, se era descendente de negros africanos trazidos para o trabalho escravo nos Estados Unidos; se nasceu livre ou foi liberto e tampouco como foi possível a sua requintada formação artístico-musical. Solomon parece ser apenas mais um entre os descendentes daqueles povos outrora considerados sem história. São silenciadas algumas décadas da existência do músico e que seriam essenciais para ajudar a compreensão e garantir contornos mais expressivos para a mudança brusca e dramática da sua condição civil. Apesar de o título apresentar expressamente como recorte a abordagem do período de escravidão sofrido pelo protagonista, o enredo dispensaria tamanha literalidade e reducionismo. A história de escravização ilegal pressupõe uma história prévia de vivência de liberdade, e são apagadas justamente as memórias desta fase da vida de Solomon para dar lugar à apresentação detalhada da brutalidade do cativo.

Não bastasse o silêncio acerca do período no qual a personagem era livre e exercia o uso e gozo da sua condição de ser humano, é flagrante a invisibilidade da família negra estadunidense. A Sra. Northup e seus dois filhos aparecem em poucas cenas iniciais e retornam apenas para o reencontro feliz após os doze anos. Não há qualquer menção sobre a sobrevivência da família ao longo do tempo, muito menos, às estratégias e tentativas de encontrar o familiar desaparecido. Tal silêncio dá asas à nossa criatividade e nos leva a tentar imaginar todo o sofrimento e luta da família ou talvez a resignação com a eventual normalidade de casos de sequestro e escravização ilegal de pessoas negras que, com alguma sorte, conseguiam libertar-se algum dia e retornar ao lar.

Mas nem só de silêncios e omissões se compõem um drama histórico. A trama se esmera em visibilizar os horrores da escravidão traduzidos pelas cenas longas de violência e sadismo protagonizadas por traficantes de escravo, proprietários e feitores contra os negros escravizados. Ao abordar a violência quase que exclusivamente através da análise das relações entre senhor e escravo, comete-se o reducionismo de justificar a culpa da barbárie da

escravidão pelo comportamento – quase caricato - de proprietários brancos e perversos. Tal abordagem despreza que a estrutura social escravista do século XIX tinha raízes mais profundas, política e economicamente mais complexas que a arbitrariedade e exagero no uso e gozo dos objetos de propriedade. A escravidão não era garantida por um pacto de homens maus, era a base econômica de sustento das sociedades envolvendo diferentes atores nacionais e internacionais no lucrativo comércio transatlântico de escravos<sup>3</sup>.

Dos 134 minutos de duração do filme, não seria exagerado afirmar que a quase totalidade deste tempo é destinado para o retrato impiedoso da violência e desumanidade da escravidão. O filme aposta na incansável exposição de corpos negros desnudos, dilacerados pelo trabalho degradante e por castigos desumanos e excessivos<sup>4</sup>. A violência sexual contra a mulher negra escravizada é explorada como ápice da depravação moral dos senhores. A naturalização do sofrimento do corpo negro e mais especificamente a violência contra a mulher negra ganha desnecessária e perversa ênfase visual<sup>5</sup>. A nudez do corpo feminino negro da atriz Lupita Nyong'o que vive a escravizada Patsey é desnecessariamente explícita em situações intrinsecamente revoltantes e trágicas como o estupro e o castigo no tronco. Situações tão óbvias e de conhecimento público prescindem da abordagem quase didática e impiedosa com que são retratadas no filme. Existirá ainda alguém que ignore a violência intrínseca à escravidão?

Tentativas de reconstrução midiática do passado escravista correm o risco de apresentar versões acrílicas e transformar a história em mera mercadoria voltada ao entretenimento<sup>6</sup>. Mais ainda, a possibilidade de dispor de

3 Como indicativo da dimensão multitudinária da população escravizada, destacamos que “quando a escravidão foi legalmente abolida nos Estados Unidos, na década de 1860, quase 4 milhões de afro-americanos foram libertados.” (SMALL, 2012, p.92)

4 “Em última instância, o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais. Essa peculiaridade faz dele uma das justificativas mais recorrentes nos episódios de genocídio e em toda sorte de vilipêndios materiais e simbólicos que tenham por objetivo violar a integridade dos seres humanos”. (FLAUZINA, 2008, p. 16)

5 “Tanto na literatura brasileira quanto na norte americana, recorreu-se abundantemente à representação de uma crueldade especificamente sexual nas relações entre o proprietário e suas escravas.” (GOMES, 2009, p.175)

6 Exemplo de manipulação tendenciosa e deliberada do passado para transformar a história em mera mercadoria de entretenimento também é apresentado por Stephen Small ao analisar as versões acerca da escravidão negra no sul dos Estados Unidos construídas para o consumo turístico: “Há centenas de museus de plantation espalhados pelo sul dos Estados Unidos atualmente. Baseados em antigas fazendas e estruturas escravistas, esses lugares variam consideravelmente em tamanho, organização e importância.

um orçamento de 20 milhões de dólares para criar e (re)produzir a realidade de determinado período histórico traz consigo a inegável oportunidade de ampla difusão de uma única versão, visão e imagem histórica sobre uma época. A indústria do cinema já descobriu que tematizar a violência da escravidão negra é uma aposta lucrativa. Alternando entre a dicotomia do protagonista escravo justiceiro ou injustiçado<sup>7</sup>, o sucesso do produto pode ser medido pelas listas dos indicados e ganhadores ao Óscar dos últimos anos. Em 2013 o filme “Django Livre” do diretor Quentin Tarantino foi indicado à categoria de melhor filme e ganhou o prêmio de melhor roteiro original por abordar a saga do escravo Django que, quando liberto, assume o papel de justiceiro e vingativo numa saga para libertar sua esposa que continua escravizada. Na cerimônia do Óscar de 2014, o drama do injustiçado escravo violonista concorre em diversas categorias, dentre elas a de melhor filme. Tais versões ganham visibilidade e legitimidade mundiais, passando a constituir-se enquanto representações da história dignas de premiação segundo critérios dos organizadores do evento milionário<sup>8</sup>.

Abordagens que apresentam versões maniqueístas de fatos da história da humanidade, gozando de recursos financeiros e possibilidade de divulgação extensiva mundo afora, são importantes meios de imposição de uma memória coletiva unívoca, construída a serviço do interesse de determinados grupos de poder<sup>9</sup>. De igual modo é recorrente o esforço de tratar a escravidão como página

---

[...] Em relação ao tratamento dado à escravidão, esses locais revelam estratégias marcadamente discrepantes. Uma das mais comuns é omitir qualquer menção à escravidão ou mencioná-la apenas de forma passageira.” (SMALL, p.94-95)

- 7 “Os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de transição entre um e outro pólo. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencidos no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, às vezes bem, às vezes malsucedidas. Tais negociações, por outro lado, nada tiveram a ver com a vigência de relações harmoniosas, para alguns autores até idílicas, entre escravo e senhor. Só sugerimos que, ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos.” (SILVA; REIS, 1989, p.07)
- 8 Para uma análise sobre a história social do cinema e um estudo de caso acerca do seu uso ideológico em benefício da ditadura no Brasil através da premiação de filmes pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP ver: FILGUEIRA, Bianca Melyna Negrello. **Luz, câmera... (doutrin)ação?**: os filmes premiados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), 2012, 219 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012
- 9 “É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é ‘nkali’. É

virada, fato social traumático que se exaure sem deixar vestígios. Desse modo, o tribunal histórico cinematográfico constrói a coerência histórica necessária para carregar nas tintas ao “denunciar” os horrores cometidos pelos vilões de um passado morto e enterrado. No entanto, nas antigas colônias escravistas, a escravidão e as relações sociais daí decorrentes seguem vivas através da marginalização histórica dos afrodescendentes e na violência cotidiana do crime de racismo. Não acreditamos em absoluto que a exibição da violência escravista sem cortes ou pudores tenha o condão de estimular interpretações cujo alcance extrapole a sensibilização momentânea e se converta em lúcida problematização sobre a desumanização do ser humano negro: dimensão econômica e social constituinte das nossas sociedades.

Além de reforçar a naturalização da imagem de submissão e sofrimento infligida aos corpos negros, a ênfase em recriar e reproduzir imagens de profusão de sangue e lágrima de seres humanos negros termina por induzir a construção de consciências históricas coletivas e individuais forjadas a partir de tais pontos de vista<sup>10</sup>. De tudo isso vale refletir sobre a quem pode interessar a reprodução de uma história da população negra baseada em abordagens pitorescas de experiências individuais apresentadas sem contextualização

um substantivo que livremente se traduz: "ser maior do que o outro". Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do 'nkali'. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com "em segundo lugar". Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente." (ADICHIE, 2009, p. 03)

- 10 No ano de 2006 o Ministério Público do Estado da Bahia, através da Promotoria de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa, iniciou inquérito civil e realizou audiências públicas para apurar o racismo presente na telenovela “Sinhá Moça” exibida no Brasil pela Rede Globo. A história era inspirada no livro homônimo de autoria de Maria Dezonne Pacheco Fernandes, publicado em 1950 e que retrata a escravidão negra brasileira durante a segunda metade do século XIX, no contexto de cultivo do café. Dentre as ações do Ministério Público vale ressaltar que durante audiência pública realizada com a presença de historiadores, antropólogos e sociedade civil, professores do ensino básico relataram que durante o período de exibição da novela as crianças apresentavam comportamentos e opções de diversão violentas, marcadas pela teatralização do que era visto na televisão. Assim, por exemplo, eram comuns casos de brincadeiras que simulavam o castigo no tronco e, mesmo entre crianças negras, a representação da figura do feitor era sempre a mais disputada pelas crianças. Exibida no horário de 18 horas o folhetim apresentava cenas fortes de violência, mutilação e até mesmo morte de negros escravizados em decorrência dos castigos. Dentre os presentes a audiência pública, eram comuns relatos de que as cenas provocavam revolta e depressão naqueles que reconheciam sua ancestralidade no povo negro escravizado. Porém, eram igualmente frequentes relatos no sentido de que as cenas eram tristes mas que infelizmente o sofrimento parecia ser a única história e sina do povo negro

histórica e que dificilmente convidam o espectador a assumir postura crítica frente aos fatos sociais do perverso legado que se manifesta na atualidade<sup>11</sup>. Consolida-se assim a infeliz e incontornável história de seres humanos predestinados ao sofrimento, violência e histórica negação de direitos.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma única história**. Conferência Anual TED Global. Oxford, Reino Unido, 2009. Disponível em: <[http://www.osurbanitas.org/osurbanitas9/Chimamanda\\_Adichie.pdf](http://www.osurbanitas.org/osurbanitas9/Chimamanda_Adichie.pdf)>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FILGUEIRA, Bianca Melyna Negrello. **Luz, câmera... (doutrin)ação?**: os filmes premiados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). 2012, 219 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

GOMES, Heloisa Toller. **As Marcas da Escravidão**: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **A liberdade no Brasil oitocentista** (Resenha de 'A força da escravidão', de Sidney Chalhoub). Revista Afro-Ásia, Salvador, nº48, p.395-405, 2013.

REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**. A Resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

11 Parece oportuna trazer um dos resultados do Mapa da Violência no Brasil no ano de 2012: “(...) Podemos observar que mesmo com grandes diferenças entre as Unidades Federadas, a tendência geral desde 2002 é: queda do número absoluto de homicídios na população branca e de aumento dos números da população negra”. (WAISELFSZ, 2011, p.60)

SMALL, Stephen. “E o vento levou’: cabanas de escravos e escravidão no turismo histórico sulista nos Estados Unidos”. In: SANSONE, Livio (org.). **Memórias da África**: patrimônios, museus e políticas das identidades. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 91 – 123.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011